



PASTORAL DA CRIANÇA

Para que todas as crianças tenham vida e a tenham em abundância (Jo 10,10)

Entrevista com Dr. Antônio de Oliveira Lima – Criança Livre de Trabalho Infantil

Infelizmente, o trabalho infantil ainda é uma realidade para muitos e deixa marcas na infância que podem ser irreversíveis e permanecem até a fase adulta. As consequências dessa brutalidade traz impactos negativos à saúde, ao físico, psicológico, à educação, prejudicando também a convivência familiar e comunitária.

A criança por estar em vulnerabilidade pelas ruas e não na escola, além disso tem mais chances de entrar na vida do crime pois fica mais exposta à violência. Sendo assim, ao trabalhar desde cedo, a criança encontra dificuldades para concluir os estudos e por isso, ingressar no mercado de trabalho decente na vida adulta, fica difícil.

Acionar a rede de proteção, com o objetivo de realizar uma abordagem à família para sensibilizar a respeito dos danos que o trabalho infantil causa, é melhor forma de ajudar.



ENTREVISTA COM: Dr. Antônio de Oliveira Lima, Procurador do Ministério Público do Trabalho no Ceará e Coordenador da Rede Peteca.

O senhor poderia explicar como o aumento da fome desencadeia o aumento do trabalho infantil?

Infelizmente, o trabalho infantil vem crescendo onde há o crescimento da vulnerabilidade. A fome é uma insegurança alimentar, é uma vulnerabilidade que

muitas famílias têm passado nos últimos anos. E isso gera, naturalmente, um aumento do trabalho infantil, porque muitas dessas famílias perderam o emprego e foram para as atividades informais. E as atividades informais têm maior incidência de trabalho infantil, porque, muitas vezes, os pais levam seus filhos para ajudar nessas atividades ou mesmo encaminham seus filhos sem acompanhamento e, às vezes, junto com outros parentes e amigos para essas atividades nas ruas, nos semáforos na venda de produtos ou, às vezes, na coleta de material reciclável e isso tem aumentado o trabalho infantil em decorrência da fome.

O que é considerado trabalho infantil?

No Brasil, o trabalho infantil depende de dois fatores: a idade e as condições de trabalho. No fator idade é considerado trabalho infantil aquele que é realizado abaixo dos 16 anos, salvo se for na condição de aprendiz entre 14 e 16 anos. Já na faixa de 16 a 18 anos o trabalho é considerado trabalho infantil não em razão da idade, na idade, essa idade é permitido o trabalho, mas pode ser considerado trabalho infantil em razão das condições e do local de trabalho. Então, locais de trabalhos insalubres, perigosos ou então atividades noturnas ou atividades que prejudiquem a educação, prejudiquem a saúde, prejudiquem a formação moral, as chamadas piores formas de trabalho infantil. São 93 atividades relacionadas no Decreto 6.481, de 2008, que aprovou a lista das piores formas de trabalho infantil, nesse caso é considerado trabalho infantil também o trabalho realizado por adolescentes entre 16 e 18 anos.

Como diferenciar trabalho infantil das tarefas domésticas?

Existem muitas crianças e adolescentes que cuidam da casa e dos irmãos mais novos por algum motivo. E isso não é apenas uma ajuda, é uma responsabilidade que seria de adulto. Nesses casos, a gente tem aí caracterizado o trabalho infantil doméstico, na própria casa. Infelizmente, cerca de 5 milhões de crianças e adolescentes no Brasil estão nessa situação de cuidar da casa e dos irmãos mais novos. Com relação às atividades que são aceitáveis, que não caracterizam trabalho infantil, nós podemos dizer que aquelas atividades que a criança desenvolve em sua casa ajudando os demais membros da família, não sendo a responsável, mas apenas ajudando e que não prejudique o seu desenvolvimento integral, que não prejudique a frequência à escola, a realização das atividades escolares extraclasse, o direito de brincar, de praticar esportes, de conviver com os amigos, a convivência familiar e comunitária. Então, nesses casos a gente

pode dizer sim que são apenas tarefas domésticas ou afazeres domésticos que não caracterizam exploração.

Quais são as consequências da fome e do trabalho infantil para o desenvolvimento das crianças?

As consequências da fome para o desenvolvimento das crianças e também do trabalho infantil são as piores possíveis. No caso da fome, ela gera um quadro de saúde muito frágil. Também pode ter prejuízos em relação ao desenvolvimento cognitivo. Ela vai ter um rendimento escolar menor. Então, esse déficit alimentar, essa insegurança alimentar, gera prejuízos profundos para toda a vida dessa criança e, claro, na sua vida adulta também. E com relação ao trabalho infantil, gera todos esses problemas também; também gera a evasão escolar, que é três vezes maior. Muitos dos trabalhos são insalubres, perigosos, que trazem riscos de morte, que trazem riscos para a saúde. Então, há um déficit grande para o desenvolvimento humano quando crianças e adolescentes são vítimas do trabalho infantil e da fome.

Infelizmente, muitas crianças vendem doces e outros produtos nos sinaleiros ou pedem esmolas. Dr. Antônio, qual é a sua orientação: comprar ou não os produtos das crianças?

Infelizmente, essa situação tem sido cada vez mais comum e há da parte da sociedade uma dúvida de que forma ajudar. Muitos acabam comprando produtos, dando uma moeda a uma criança no semáforo, porque ficam sensibilizados e, de fato, querem ajudar. Entretanto, essa forma de ajudar não é a recomendável. O ideal é que as pessoas ajudem as entidades que acolhem crianças e adolescentes. Entidades na sociedade civil existem muitas que fazem um trabalho de acolhimento e de atendimento dessas crianças. E é claro que se ela está vendendo uma bala, se está vendendo algum produto no semáforo isso é sim trabalho infantil e não apenas trabalho infantil, mas as piores formas de trabalho infantil, que devem ser eliminadas em caráter de urgência, nos termos da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho e do Decreto 6481, que aprovou a lista das piores formas de trabalho infantil.

Como a família pode encontrar alternativas para poder viver sem contar com o trabalho da criança?

A busca é por caminhos de políticas públicas. Uma política pública que atenda crianças na creche, na educação infantil, na escola em tempo integral; que atenda as crianças nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculo; que atenda adolescentes nas políticas de aprendizagem profissional de jovem aprendiz, a partir dos 14 anos, e também que atenda as famílias na qualificação profissional. Além dos programas de transferência de renda, que são necessários ainda, a busca da autossustentabilidade da família passa por um processo de capacitação profissional dos membros adultos dessa família e de políticas públicas de atendimento para as crianças e adolescentes, de acordo com a faixa etária e os tipos de políticas adequados para essa faixa etária como política de educação, cultura, esporte, lazer, aprendizagem profissional.

Uma em cada 5 crianças brasileiras sobrevive sob a marca da fome, da violência e do trabalho infantil. Ao mesmo tempo, existe uma mentalidade que não ajuda a mudar essa realidade. Muitas pessoas afirmam que: “é melhor trabalhar do que roubar” e que “trabalho não mata ninguém”. Dr. Antônio, como mudar essa mentalidade?

Com relação aos mitos do trabalho infantil são grandes os desafios e nós pensamos que a educação seja o caminho. Aqui, no Ceará, nós criamos um programa de educação contra a exploração do trabalho da criança e do adolescente exatamente para combater esses mitos a partir do trabalho com as crianças, o trabalho com a comunidade escolar e chegando à sociedade em geral. Esse programa foi adotado pelo Ministério Público do Trabalho através do Projeto MPT na escola, em todo o Brasil, e é um programa por meio do qual a gente busca levar essas informações, romper essas barreiras culturais, combater esses mitos para que não tenhamos essa tolerância com o trabalho infantil que ainda existe hoje em boa parte da sociedade com esses argumentos equivocados, essas falas equivocadas de que “é melhor trabalhar do que roubar, que trabalhou e não morreu”. E essa mentalidade, essa mudança de mentalidade, precisa mudar a partir já das crianças construindo esse diálogo, engajando as escolas no combate ao trabalho infantil, para que as crianças já passem a perceber os seus direitos e perceber quais são os sinais de violação de direitos e não tolerar isso, reeducando seus pais e levando essa mensagem para a sociedade em geral.

Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está a erradicação do trabalho infantil até 2025. Que ações estão sendo propostas para alcançar essa meta?

Então, é necessário que as políticas públicas sejam fortalecidas, as ações de educação em tempo integral sejam fundamentais; e as ações da política da aprendizagem profissional para adolescentes que hoje estejam em situação de trabalho sem proteção sejam importantes precisam ser ampliadas e também a identificação das crianças e adolescentes que estão em situação de trabalho para um efetivo acompanhamento deles, um atendimento e busca de solução para a retirada deles das situações. A sociedade também precisa ampliar esse apoio, esse acompanhamento, não participar das ações que fomentam o trabalho infantil, como por exemplo a compra de produtos vendidos, comercializados e produzidos por crianças e adolescentes; a contratação de serviço onde tem crianças e adolescentes; o consumo de produtos onde a cadeia produtiva tem alta incidência de trabalho infantil. Mas eu vejo como grande desafio a identificação e o atendimento das crianças e adolescentes que hoje estão em situação de trabalho e as ações de prevenção para que outras crianças e adolescentes não sejam incluídos nessa situação.

(MENSAGEM) Irmã Veneranda da Silva Alencar, Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança.

Irmã Veneranda, como os líderes da Pastoral da Criança ajudam no combate ao trabalho infantil?

Há 40 anos, a Pastoral da Criança colabora na valorização da vida e no combate à exploração do trabalho infantil. É preciso a mobilização de todos: governo, sociedade civil e as comunidades, criando alternativas eficientes para diminuir a fome, a pobreza das crianças e das suas famílias para acabar de uma vez por todas com a exploração do trabalho infantil.

(TESTEMUNHO) Enói Rodrigues Barros, líder da Pastoral da Criança da Arquidiocese da Paraíba.

Enói, como é que vocês trabalham nas comunidades essa questão do trabalho infantil?

Quanto à questão do trabalho infantil, orientamos sobre os direitos da criança brincar e estudar e que o trabalho infantil atrapalha muito no desenvolvimento integral da criança; assim como orientamos as famílias a buscarem as políticas públicas e as redes de apoio da comunidade.

(MENSAGEM) Dom Elio Rama, Bispo da Diocese de Pinheiro, Maranhão e Presidente do Conselho Diretor da Pastoral da Criança.

O trabalho infantil é uma realidade cruel, dolorida e que num país como o Brasil não deveria existir. Para isso, temos também as políticas públicas, as quais podem nos ajudar. Não é dando esmola, mas ajudando as famílias, ajudando as crianças para que elas possam ter uma vida mais digna no presente e também no futuro.